

Na prossecução da sua atividade, a IP Telecom (ex-REFER Telecom) criou um centro de processamento de dados (CPD), sediado em Contumil, no Porto, com todas as condições ambientais e de segurança, com espaços adequados, que podem ser disponibilizados para a instalação de bastidores de equipamentos de processamento de dados e comunicações.

Nos termos do Despacho conjunto n.º 20777/2009, de 7 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 16 de setembro, a Administração Interna iniciou a utilização do CPD de Contumil como Centro de Dados Alternativo de Continuidade de Negócio da RNSI.

Considerando os avanços tecnológicos com a necessidade de aumento de alojamento de *racks* da RNSI e de modo a garantir a redundância e securização das conectividades entre os Centros de Dados da Administração Interna (Oeiras e Contumil), importa renovar e atualizar as condições acordadas no mencionado despacho de 7 de setembro de 2009, firmando-se um novo Despacho entre os membros do Governo que tutelam as entidades em causa.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — A IP Telecom disponibilizará no seu CPD de Contumil espaço para 24 bastidores e condições ambientais (energia e climatização) e de segurança para a exploração do CPD alternativo da Administração Interna (RNSI).

2 — A IP Telecom disponibilizará acesso físico ao seu CPD para efeitos de montagem e gestão a um conjunto de pessoas da Administração Interna (RNSI) devidamente identificadas e credenciadas.

3 — A IP Telecom disponibilizará, através das suas redes de fibra ótica, as conectividades entre os Centros de Dados devidamente securizadas e redundantes entre o CPD alternativo da Administração Interna em Contumil e o CPD do MAI em Oeiras.

4 — A IP Telecom disponibilizará aos OPC (órgãos de polícia criminal) da Administração Interna, através de comunicação segura garantida pela RNSI, acesso às imagens de videovigilância mediante um “trust” entre os diretórios para um perfil de utilizadores da Administração Interna atribuído a um conjunto de utilizadores identificados e formalmente autorizados pelos respetivos superiores hierárquicos, desde que cumpridos os requisitos legais para acesso à informação.

5 — A disponibilização de imagens prevista no número anterior deve ser suportada em interligação de fibra ótica entre a IP Telecom e o CPD da Administração Interna em Contumil e em Oeiras.

6 — O montante a prestar à IP Telecom, para efeitos dos pontos anteriores, é de € 149.300,00 (cento e quarenta e nove mil e trezentos euros) anuais, podendo ser avaliado anualmente para aferir da sua adequação, e ajustado caso se verifique essa necessidade.

31 de janeiro de 2017. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Jorge Manuel Nogueiro Gomes*. — 2 de fevereiro de 2017. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d’Oliveira Martins*.

310232798

JUSTIÇA

Conselho dos Oficiais de Justiça

Aviso n.º 1675/2017

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Regulamento Eleitoral do Conselho dos Oficiais de Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 4 de outubro de 2001, faz-se público o resultado da eleição dos Vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 99.º do Dec. Lei n.º 343/99 de 26/08.

Número de eleitores inscritos — 7703

Número de votos expressos — 3901

Votos brancos — 601

Votos nulos — 133

Votos obtidos pela Lista A — 3167

São os seguintes os Oficiais de Justiça eleitos, nos termos do artigo 35.º do citado Regulamento:

Distrito Judicial de Lisboa

1.º Celso Augusto de Monegundes Duarte Celestino — Técnico de Justiça Principal do Núcleo de Loures do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte.

Distrito Judicial de Porto

2.º Maria Filomena Alves Leal — Secretária de Justiça no Núcleo do Porto do Tribunal Judicial da Comarca do Porto.

Distrito Judicial de Coimbra

3.º Rui Octacílio Lima Chaves Cândido — Escrivão Auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra.

Distrito Judicial de Évora

António Silvestre Silva Nunes — Escrivão de Direito no Núcleo de Portimão do Tribunal Judicial da Comarca de Faro.

27 de janeiro de 2017. — O Presidente da Comissão de Eleições, *Luis Borges Freitas*.

310244518

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 1482/2017

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e nos termos do artigo 45.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, conjugado com o n.º 4, do artigo 49.º e artigo 50.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que por despacho do Diretor-Geral da Administração da Justiça de 27 de janeiro de 2017, foram convertidas em definitivas as colocações provisórias dos seguintes escrivães auxiliares e técnicos de justiça auxiliares, com efeitos às datas indicadas, passando a remuneração a corresponder ao escalão 1.º, índice 290, da escala salarial dos oficiais de justiça.

Nome	Categoria	Data de efeitos
Alexandra Cristina Marques da Silva.	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Alexandra Ferreira de Oliveira . . .	Escrivão Auxiliar	07.11.2016
Ana Isabel Loureiro Gomes	Escrivão Auxiliar	10.11.2016
Ana Lúcia Navio da Silveira	Escrivão Auxiliar	14.11.2016
Ana Maria Souto da Costa	Escrivão Auxiliar	09.11.2016
Ana Rosa Domingues da Silva Maia.	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
André da Silva Rebelo	Técnico de justiça Auxiliar.	20.11.2016
Andreia Filipa Lopes Ferreira	Escrivão Auxiliar	12.11.2016
Ángela Sofia Ramalho de Oliveira	Escrivão Auxiliar	20.11.2016
Bárbara Loureiro Marques	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Carina Filipa Lopes Pedra	Escrivão Auxiliar	12.11.2016
Carina Marisa Gonçalves Dias.	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Carla Andreia Alves Abade	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Carlos Manuel Barbosa Mendes Alves	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Célia Melissa Lopes Ferreira	Técnico de justiça Auxiliar.	12.11.2016
Cristiana Maria Martins da Silva . . .	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Daniel Filipe Santos Ramos	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Daniel Humberto Caires Sá	Escrivão Auxiliar	18.11.2016
David Alexandre da Costa Lourenço.	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Débora Sofia Caramelo Júlio	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Diana Cristina Maciel da Silva	Escrivão Auxiliar	21.12.2016
Diana Margarida Rodrigues dos Santos	Escrivão Auxiliar	12.12.2016
Diana Sofia Borlido Pereira	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Diogo Miguel Serrão Borges	Escrivão Auxiliar	16.11.2016
Eduardo de Matos Monteiro	Escrivão Auxiliar	17.11.2016
Filipa Daniela Neves de Castro	Técnico de justiça Auxiliar.	08.11.2016
Filipa dos Santos Gonçalves	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Filipe Daniel Moreira Leitão	Escrivão Auxiliar	13.11.2016
Flávio Ortins Ferreira da Silva.	Técnico de justiça Auxiliar.	09.11.2016
Helena Isabel Alcacarenho Santos . . .	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Henrique Miguel de Jesus Dias	Escrivão Auxiliar	10.12.2016
Hugo Wilson Santos Abreu Pestana Ascensão.	Técnico de justiça Auxiliar.	24.11.2016
Joana Figueira Rodrigues.	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Joana Filipa Campos Martins.	Técnico de justiça Auxiliar.	09.11.2016
Joana Pais Ribeiro	Escrivão Auxiliar	21.11.2016
João Pedro de Carvalho Henriques	Escrivão Auxiliar	09.11.2016
José Henriques Gonçalves Farias	Escrivão Auxiliar	20.11.2016
Juliana Isabel da Silva Tavares	Escrivão Auxiliar	14.11.2016
Laurinda Ferreira da Ressurreição . . .	Escrivão Auxiliar	07.11.2016

Nome	Categoria	Data de efeitos
Liliana Marlene Dias Fonseca	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Mara Alina Faria dos Santos	Técnico de justiça Auxiliar.	08.11.2016
Márcia Raquel Pereira da Costa . . .	Escrivão Auxiliar	12.11.2016
Maria Augusta Fernandes da Silva Moreira.	Escrivão Auxiliar	17.11.2016
Marina Baptista de Almeida	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Marina Graça Cruz Cabreira Dias . . .	Técnico de justiça Auxiliar.	08.11.2016
Marisa Isabel da Rocha Leitão	Técnico de justiça Auxiliar.	17.11.2016
Nelson Eduardo Alexandre Gaspar	Escrivão Auxiliar	13.11.2016
Oksana Levytska	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Patrícia Andreia Lopes Manarte . . .	Escrivão Auxiliar	26.11.2016
Paula Solange da Costa	Técnico de justiça Auxiliar.	08.11.2016
Pedro Henrique Lopes Rodrigues . . .	Escrivão Auxiliar	09.11.2016
Pedro Miguel Sousa Moreira	Técnico de justiça Auxiliar.	14.11.2016
Ricardo Dias Gouveia Marques	Escrivão Auxiliar	07.11.2016
Rita Marlene Magalhães Peixoto . . .	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Sandra Vanessa Neves Sousa	Escrivão Auxiliar	08.11.2016
Sara Cristina Silva Reis	Escrivão Auxiliar	08.11.2016
Sara Gonçalves Gomes	Escrivão Auxiliar	08.11.2016
Sara Isabel Agostinho Ferreira	Escrivão Auxiliar	10.11.2016
Sara Isabel Santana Duarte	Escrivão Auxiliar	08.11.2016
Sara Luísa Silva Catalão	Técnico de justiça Auxiliar.	25.11.2016
Sara Marisa dos Santos Garcia	Escrivão Auxiliar	09.11.2016
Sheila Silva Tavares Ribeiro	Escrivão Auxiliar	26.11.2016
Sílvia Joana Pinto Teixeira	Técnico de justiça Auxiliar.	09.11.2016
Susana Isabel dos Santos Viegas . . .	Escrivão Auxiliar	16.12.2016
Susana Luísa Gomes Pinheiro	Técnico de justiça Auxiliar.	14.11.2016
Tânia Isabel Borges Rodrigues	Escrivão Auxiliar	14.11.2016
Tânia Isabel Gonçalves Moreira	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Telma Filipa Batista Silva Marques Milheiro.	Técnico de justiça Auxiliar.	26.11.2016
Vanessa Alexandra Coelho dos Santos Pereira da Silva.	Técnico de justiça Auxiliar.	20.11.2016
Vânia Patrícia Gomes Pinto	Técnico de justiça Auxiliar.	16.12.2016
Verónica Isabel Baptista Esteves Martins.	Técnico de justiça Auxiliar.	19.11.2016
Vítor Manuel Moura Neto	Técnico de justiça Auxiliar.	10.11.2016

02 de fevereiro de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
310232627

CULTURA

Inspeção-Geral das Atividades Culturais

Despacho n.º 1483/2017

Nos termos do n.º 6 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, cessa funções, a seu pedido, no cargo de Diretora de Serviços de Inspeção e Fiscalização da Inspeção-Geral das Atividades Culturais, em regime de substituição, a licenciada Cristina Isabel Mendes Canheto, com efeitos a 31 de janeiro de 2017.

20 de janeiro de 2017. — O Inspetor-Geral das Atividades Culturais, *Luís Silveira Botelho*.

310218711

Despacho n.º 1484/2017

1 — De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última alteração dada Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, foi aberto procedimento concursal para seleção do titular do cargo, de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Inspeção e Fiscalização (DSIF), previsto na alínea a)

do n.º 1 do artigo 1.º e competências previstas no artigo 2.º da Portaria n.º 140/2013, de 3 de abril, da Inspeção-Geral das Atividades Culturais.

2 — Publicitado e concluído o procedimento de acordo com os formalismos legais exigíveis, o Júri do concurso apresentou proposta de designação do Licenciado Pedro Manuel Souto Morais Gonçalves de Proença para a titularidade daquele.

3 — Tendo presente a proposta de designação, verificou-se que o candidato possui a competência técnica, experiência profissional, aptidão e perfil adequado ao exercício do cargo.

4 — Assim, designo para o cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Inspeção e Fiscalização (DSIF), o Licenciado Pedro Manuel Souto Morais Gonçalves de Proença, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações subsequentes.

5 — A nota curricular do designado fica junta ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

20 de janeiro de 2017. — O Inspetor-Geral das Atividades Culturais, *Luís Silveira Botelho*.

Síntese Curricular

Pedro Manuel Souto Morais Gonçalves de Proença.

Nascido a: 31 de dezembro de 1961.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Universidade Livre de Lisboa, em 1985, com a classificação final de 16,3 valores;

Frequência do curso de mestrado (parte escolar) da Universidade Católica de Lisboa, na vertente de Ciências Jurídicas.

Experiência Profissional:

Docente na Universidade Lusíada, de 1985 a 1995, das cadeiras de Teoria Geral do Direito Civil, Direitos Reais e Direito Internacional Privado.

Inspetor do quadro da Inspeção-Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, até 1993.

Diretor do Gabinete Jurídico da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de 1993 a 2007.

Consultor jurídico principal do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, de 2007 a 2009.

Assessor do Secretário de Estado da Cultura, de 2009 a 2011.

Coordenador do Gabinete Jurídico da Direção-Geral do Património Cultural, de 2011 até dezembro de 2015.

Adjunto do Gabinete do Ministro da Cultura até abril de 2016.

Consultor jurídico principal da Direção Geral do Património Cultural até à presente data.

310218671

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira,
Praia da Granja — Vila Nova de Gaia

Aviso n.º 1676/2017

Lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para assistente operacional

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, foi homologada a lista de ordenação final dos candidatos admitidos ao procedimento concursal comum, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, Aviso n.º 329/2017, de 9 de janeiro, para preenchimento de quatro postos de trabalho em regime de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial para a carreira e categoria de Assistente Operacional. A referida lista encontra-se afixada na vitrina destinada aos Serviços Administrativos e na página da Escola www.esaof.edu.pt.

1 de fevereiro de 2017. — O Diretor, *Luciano Jorge Baptista Ribeiro*.
310230318

Agrupamento de Escolas de Aver-o-Mar, Póvoa de Varzim

Aviso (extrato) n.º 1677/2017

Nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, informa-se que a lista unitária de ordenação final dos candidatos do